

O CONTEXTO PÓS SEGUNDA GUERRA: OS ACONTECIMENTOS QUE IMPULSIONARAM A DESCOLONIZAÇÃO NA GUINÉ DITA PORTUGUESA

THE POST-WORLD WAR II CONTEXT: DEVELOPMENTS LEADING TO DECOLONIZATION IN SO-CALLED PORTUGUESE GUINEA

Artemisa Odila Candé Monteiro

RESUMO: Este artigo é parte da minha tese de doutorado que busca analisar o processo de construção da identidade nacional na Guiné-Bissau, observando a mediação das diversidades étnicas existentes no país, tendo como referência o período de 1959 a 1994. Constatamos que a construção da nação ou identidade nacional em vários países africanos teve seu início com a ocupação europeia. Na Guiné-Bissau, o marco fundamental na história do movimento de libertação é a década de 1950, que também marca o ressurgimento de Amílcar Cabral no contexto político do país, no âmbito da sua nomeação como engenheiro negro na granja de Pessubé a serviço da administração colonial. Assim como no continente africano, marcado pela expansão do nacionalismo na década de 1940 e 1950, Guiné-Bissau não fugiu à regra, havendo uma proliferação de organizações de diversos segmentos em que gravitavam toda a vida social; algumas eram exclusivamente de cabo-verdianos e portugueses, outras agregavam apenas os bissau-guineenses assimilados. A concepção de nação do líder da libertação nacional Amílcar Cabral postulava a unificação de todas as etnias de Guiné-Bissau, sem distinção cultural, num programa de consciência nacional para a liquidação do colonialismo, criando assim uma contra sociedade em oposição à sociedade colonial. O objetivo deste artigo é analisar a conjuntura pós-Segunda Guerra Mundial, que favoreceu sobremaneira os movimentos de autodeterminação dos países colonizados em África, em particular da Guiné dita portuguesa. Os bastidores da década de 1950 são balizados através das conferências que visavam à criação de fóruns únicos de debates dos países africanos contra a ocupação colonial que contribuíram de forma decisiva na formação dos movimentos locais para a contestação da presença colonial, tendo como base o projeto de unidade africana.

Palavras-chave: Guiné-Bissau; Colonialismo; Movimentos de Libertação; Unidade Africana; Independência.

ABSTRACT: This article is part of my PhD thesis that seeks to analyze the process of construction of national identity in Guinea-Bissau, regarding the mediation of the ethnic diversity existing in the country, with reference to the period from 1959 to 1994. We note that the construction of the nation or national identity in several African countries began with the European occupation. In Guinea-Bissau, the key milestone in the history of the liberation movement is the 1950s, which also marks the reappearance Amílcar Cabral in the political landscape, as part of his appointment by the colonial administration as a black engineer at the Pessubé farm. Much like the rest of the African continent, Guinea-Bissau was shaken by the expansion of nationalism in the 1940s and 1950s. Organizations reflecting every trend of the colony's social life thrived. Some were Cape Verdean- or Portuguese-only, whereas others comprised "assimilados", natives granted political rights for their adoption of European ways. The nation conceived by national liberation leader Amílcar Cabral implied that all ethnic groups in Guinea-Bissau united, regardless of cultural distinctions, into a program of national conscience for the liquidation of colonialism, thus creating a counter-society in opposition to colonial society. This paper seeks to provide an appraising of the post-World War II conjuncture, which greatly favored self-determination movements in African colonized countries, focusing particularly in the so-called Portuguese Guinea. The 1950s backstage featured conferences aimed at creating single all-Africa discussion forums opposing colonial occupation, which contributed decisively to the formation of the local movements challenging colonial presence, based on the project of African unity.

Keywords: Guinea-Bissau; Colonialism; Liberation Movements; African Unity; Independence

Editor-Gerente

[Ivaldo Marciano Lima](#)

Editores

[Detoubab Ndiaye](#), Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Campus II

[Dr. Pedro Acosa Leyva](#), UNILAB - São Francisco do Conde /Ba, Brasil

O CONTEXTO PÓS SEGUNDA GUERRA: OS ACONTECIMENTOS QUE IMPULSIONARAM A DESCOLONIZAÇÃO NA GUINÉ DITA PORTUGUESA

Artemisa Odila Candé Monteiro¹

Este artigo objetiva realizar uma breve análise acerca da conjuntura pós-Segunda Guerra Mundial, que favoreceu sobremaneira os movimentos de autodeterminação dos países colonizados em África, em particular da Guiné dita portuguesa. Interessa, por outro lado, analisar os movimentos pan-africanos da década de 1950, balizados através das conferências que visavam à criação de fóruns únicos de debates dos países africanos contra a ocupação colonial. Esta iniciativa, que deu alento aos países colonizados, contribuiu de forma decisiva na formação dos movimentos locais para a contestação da presença colonial, tendo como base o projeto de unidade africana.

É oportuno lembrar que a luta de libertação nacional é a mais pura prova da tradição de resistências na história dos povos africanos (mesmo com a destruição dos grandes estados africanos e a partilha da África na Conferência de Berlim), e constitui um ato que representa a determinação na condução dos seus destinos. Nas palavras de Amílcar Cabral, é “o direito à autodeterminação e a independência à expressão tradicional e sempre manifestada vontade combativa dos povos africanos contra a dominação estrangeira”.²

No caso particular da “Guiné portuguesa”, a intensa organização para a descolonização teve seu marco a partir do Massacre de Pindjiguiti, em 1959, que sem dúvida impulsionou a via armada contra o regime colonial. O (re) surgimento de Amílcar Cabral na vida política da Guiné-Bissau, a criação da Frente Única para a Libertação de Guiné-Bissau e Cabo Verde.

Os pensamentos e formulações escritas de Amílcar Cabral (1974; 1977), Elikia M’Bokolo (2007) e Yves Benot (1969) reforçam que o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) deu lugar a uma nova etapa de luta dos povos africanos.

A despeito disso, nossa análise até aqui indica que é o contexto etnográfico – amplamente descrito por Elikia M’Bokolo (2007, p. 545) – que sintetiza as razões pelas quais a Segunda Guerra foi determinante na tomada de consciência política em África, realçando os eixos decisivos: a repressão sangrenta das populações por parte do colonialismo, aterrorizando as

¹ Doutora em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia. Professora da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB- CE. artemisaodila@unilab.edu.br

populações, incendiando as aldeias, a perseguição, a discriminação racial postulada pela política colonial de imposição de uma única religião com base na superioridade racial branca, “a distinção entre os funcionários europeus do quadro metropolitano e funcionários africanos do quadro local com estatutos e salários diferentes” (M’BOKOLO, 2007, p. 545). A esse contexto, soma-se a repressão às reivindicações pacíficas através de greves e por fim as divisões sociais apregoadas pelo colonialismo nas sociedades africanas entre os chamados “indígenas”, assimilados e brancos.

Todos esses elementos, do ponto de vista sociopolítico, impulsionaram nos estratos das populações africanas o desejo de conquistar a emancipação política do continente, que só se concretizou após a Segunda Guerra Mundial, onde os movimentos constestatórios ganharam reconhecimento. Neste âmbito, reconhecemos que

[...] a segunda guerra mundial (1939-1945), provocada pelos imperialistas facistas, teve um duplo carácter: em certos aspectos, ela foi uma guerra imperialista, por outros aspectos, foi uma guerra de libertação dos povos atacados ou oprimidos pelo fascismo. A vitória da URSS sobre a Europa e a Ásia, no âmbito do afundamento do sistema colonial do imperialismo, a maior parte dos países coloniais ou semi-coloniais conquistaram a sua independência, e alguns deles para passar ao socialismo (China, Vietnam, Coréia, Cuba). Mas outros não obtiveram mais que uma independência aparente, que deixa intacta a dominação do imperialismo (é o neocolonialismo). Sob a direção do imperialismo mais forte, o dos Estados Unidos da América, as forças imperialistas tentam, utilizando a guerra, manter a sua dominação colonial. Manter a sua dominação colonial ou neocolonial (Indochina, Médio-Oriente, colônias portuguesas).³

Ao analisar a tomada da consciência política da elite africana, é inevitável estabelecer a conexão com o término da Segunda Guerra Mundial. Portanto, é no final desta, em 1945, com a derrubada do nazismo e do fascismo na Alemanha e Itália, e o desacordo entre os países vencedores, motivado pela incompatibilidade entre os sistemas comunista e capitalista, que se dá alento à autodeterminação dos povos colonizados. Nesse ensejo, vale destacar a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), que postulava o princípio da autodeterminação dos povos, contemplando todos os povos colonizados.

A Carta das Nações Unidas, de 26 de junho de 1945, no seu artigo primeiro recomendava manter a paz e a segurança internacional, desenvolver as relações de amizade entre os povos,

² FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES. Lisboa. **Arquivo Amílcar Cabral. Manifesto do Movimento Anti-colonialista (MAC) no discurso pronunciado na II Conferência da CONCP em Dar-Es- Salaam, 05.10.1965**, Pasta 04336.001.001. 1965. (Citação na página 03).

³ PAIGC. **História da Guiné e ilhas de Cabo Verde**. Porto: Ed. Afrontamento, 1974.

fomentar a cooperação entre nações e impulsionar os direitos humanos.⁴ Outra recomendação expressa no mesmo documento propõe legitimar as lutas anticoloniais de libertação nacional e a construção dos estados autônomos.

Assim, no período pós-guerra, os conceitos de soberania nacional, direitos humanos, tolerância e promoção da democracia substituíram os conceitos de civilização, dirimindo sua conotação discriminatória e racista, contestando o trabalho forçado e a exploração do homem pelo homem. É a partir deste contexto que a questão de “autodeterminação ganha uma forte ênfase, protagonizada pelas elites africanas que passavam a se empenhar na escolha de estratégias eficazes, estabelecendo ações comuns, negociando também com elites políticas asiáticas, em torno dos mesmos interesses” (FRANCO, 2009, p.69).

Outro contexto que favoreceu a autodeterminação dos povos colonizados em articulação com a criação da ONU, é a Conferência Afroasiática de Bandung⁵ em 1955, realizada em Nova Deli na Ásia, que reuniu diferentes correntes para a emancipação, luta contra o colonialismo e o direito a autodeterminação a todos os povos colonizados. É oportuno salientar que nesse período a maioria dos países asiáticos e alguns países africanos já haviam conquistado suas independências mas, no continente africano, as colônias portuguesas estavam a se organizar em termos de movimentos de libertação nacional.

A Conferência Afroasiática de Bandung vai aproximar os anseios políticos e unir posições comuns de dois continentes em fases diferentes de processos de libertação, com vistas a unir os esforços para preservar as nações recém-formadas, criar medidas de cooperação mutua, e firmar o desejo de independência e não alinhamento às potências mundiais. Paralelamente a isso, foi criada a noção de terceiro mundo, representada a partir de um bloco político unitário com acentuado caráter internacional, reivindicando a necessidade do reconhecimento do direito a autodeterminação dos povos e o combate ao racismo. Portanto, a conferência de Bandung vai marcar a entrada no cenário internacional dos países de terceiro mundo.

⁴ Organização das Nações Unidas, 26 de junho de 1945.

⁵ Na década de 1950, cinco recém-independentes países asiáticos (Índia, Paquistão, Ceilão, Birmânia e Indonésia) representados pelos seus primeiros-ministros decidem lançar a ideia de uma vasta conferência afroasiática com intuito de unir os países que se apresentam as características idênticas de subdesenvolvimento e que são vítimas das mesmas ameaças de agressão direta do imperialismo estrangeiro, sentem-se solidárias umas com as outras, como nações menos favorecidas que ainda devem conduzir, contra o colonialismo direto, as batalhas de libertação.. Em 18 a 24 de abril de 1955 em Bandung, Indonésia abre a conferência afroasiática, que, pela primeira vez, permite que o terceiro mundo afirmar-se na cena internacional. Presidida pelo líder indonésio Sukarno, que reúne 24 países: Afeganistão, Camboja, China, Egito, Etiópia, Costa de Ouro (Gana), Irã, Iraque, Japão, Jordânia, Laos, Líbano, Libéria, Líbia, Nepal, Filipinas, Arábia Saudita, Sudão, Síria, Tailândia, Turquia, Vietnã do Norte, Vietnã do Sul e Iêmen. São os delegados de 29 governos da África e da Ásia, isto é, são os cinco países que convidam e os 24 convidados. Entre os que mais destacaram na conferência são Gamal Abdel Nasser do Egito, o primeiro-ministro indiano Nehru e Zhou Enlai da China (LETIN, 1977, p. 39).

Com o objetivo de opor todas as formas de colonialismo e lutar pela independência, a conferência de Bandung vai adotar como parâmetros: a descolonização e emancipação dos povos da África e da Ásia; a coexistência pacífica e o desenvolvimento econômico; a não interferência nos assuntos internos de outros países, respeito aos Direitos do Homem e a Carta da ONU⁶, respeito à soberania e a integridade de todas as nações, etc.

Em linhas gerais, podemos afirmar que Bandung foi o marco na luta das independências dos países asiáticos e africanos, sobretudo na construção do projeto da libertação comum e na afirmação da política internacional de não alinhamento. Assim sendo, o delegado argelino M Hamed Yazid sintetiza a importância da conferência de Bandung ao afirmar que:

Bandung fez nascer um movimento irreversível. De Bandung saiu um espírito, uma solidariedade, uma vontade de ação que desordenaram as posições imperialistas e colonialistas na Ásia e na África. Bandung acelerou as lutas de libertação nacional que, em dez anos subverteram o mapa político do mundo (LENTIN, 1977, p. 40).

Esta conjuntura internacional pós-Segunda Guerra, favorável às democracias liberais, e sobretudo à autodeterminação dos povos que se encontravam sob dominação do colonialismo europeu, ajudando assim a mitigar os abusos dos mais fortes sobre os fracos, é que legitimou as lutas nacionalistas dos países africanos, culminando com o surgimento do nacionalismo africano. Tal cenário, que deu alento à autodeterminação dos povos sob dominação colonial, forçou o governo de Portugal – que não intencionava cumprir o processo de descolonização – a reformular estratégias de ocupação, difundindo a ideia de que não possuía colônias e sim províncias ultramarinas, onde se consideravam todos os habitantes das colônias portuguesas pertencentes à nação portuguesa. Esta estratégia traçada por Portugal, no sentido de legitimar o colonialismo, visava à manifestação contra o princípio de autodeterminação dos povos estabelecido pela Carta das Nações Unidas.

Diferentemente de França, Inglaterra e Bélgica, Portugal era contra qualquer política que lhe impusesse a limitação do domínio colonial. Essa atitude justificava a fragilidade econômica a que Portugal estava condicionado em relação aos países da Europa, forçando seu governo a adotar o ideário de lusotropicalismo⁷ de Gilberto Freyre⁸, que visava à preservação de suas

⁶ Disponível em: http://www.cvce.eu/obj/la_fin_des_colonies_europeennes_texte_integral-fr. Acesso em: 10 abril 2013. Texto original em francês.

⁷ O lusotropicalismo foi uma teoria política e ideológica utilizada pelo regime colonial português para se contrapor às pressões internacionais e legitimar o império e seus mecanismos de super-exploração dos povos coloniais. Divulgava a ideia dos portugueses serem diferentes dos demais colonizadores, por terem uma capacidade especial para a miscigenação e a “democracia racial” (GUILLEN, 2007, p.11).

colônias, que eram fontes principais do abastecimento econômico do país. É oportuno dizer que o lusotropicalismo é particularmente aplicado às colônias portuguesas, e teve seu marco no continente africano no início dos anos 1950. Serviu de instrumento extremamente útil para legitimar o colonialismo português tardio objetivando escamotear o impacto da colonização na vida dos colonizados.

Um dos grandes ícones do nacionalismo africano, o angolano Mario Pinto de Andrade, sob o pseudônimo de Buanga Fele, foi o primeiro crítico africano da ideologia lusotropicalista de Freyre apropriada pelo regime salazarista português. Para Mário Pinto de Andrade (1955), o lusotropicalismo não é nada mais que uma forma de garantir a legitimidade do colonialismo nas terras colonizadas e reforçar suas políticas de segregação e assimilação.

Ainda segundo o sociólogo angolano, é a forma de manter as barreiras entre os níveis de vida das duas populações e de evitar que a direção político-econômica seja disputada contra o europeu. Para Andrade (1955, p. 01):

[...] Portugal é demasiado pobre pela sua demografia e recursos metropolitanos para que a segregação possa obter resultados nas suas colônias da África a não ser pela limitação sistemática da ascensão social dos autóctones e pelo sacrifício de uma parte do branco. Os compromissos são difíceis de evitar nos meios pobres. No Brasil e nas colônias africanas via-se por vezes o português aceitar cumprir tarefas que os outros europeus consideravam indignas de branco.

A estratégia ideológica do governo Salazar era reforçar os laços entre a metrópole e as colônias; preconizava a criação da “unidade nacional” em todas as suas colônias que passariam a ganhar *status* de “províncias ultramarinas”, tentando justificar o cumprimento da Carta das Nações Unidas de que Portugal era signatário. Segundo Amílcar Cabral,

[...] com o mito da “unidade nacional”, o que o colonialismo português pretende é povoar as nossas terras com europeus e transformar os nossos povos em minorias nacionais nos nossos países [...] sabemos que os nossos povos – balantas, são-tomenese ou maconde, por exemplo, são distintos do povo

⁸ Gilberto Freyre difundiu a tese de luso-tropicalismo não apenas no Brasil como também nas colônias portuguesas em África; a convite do governo português, realizou um *tour* pelas colônias portuguesas, na primeira metade dos anos 1950, com propósito de enaltecer a política portuguesa para a África. Vale lembrar que a tese de luso-tropicalismo estava pautada na originalidade e individualidade histórica da adaptação da cultura portuguesa a ambientes tropicais. Segundo Claudia Castelo (2013) O objetivo da viagem é dar a conhecer ao sociólogo brasileiro o ultramar português, para que ele o percorra “com olhos de homem de estudo” e, depois, produza um trabalho de reflexão sobre as realidades observadas. Será durante esta viagem que o sociólogo brasileiro usará pela primeira vez a expressão «luso-tropical» para caracterizar o modo de adaptação do português aos trópicos. Ora esta teoria era de enorme utilidade para o fortalecimento da ideia de «unidade da nação pluri-continental portuguesa» e para o programa de fixação de população originária da metrópole no ultramar. O Estado Novo soube *apropriar-se* de algumas máximas luso-tropicalistas para se defender das pressões da comunidade internacional, sobretudo no quadro da ONU (Portugal integra esta organização em 1955), mas também em campanhas de propaganda do país no exterior, nas declarações dos altos representantes da nação à imprensa estrangeira e nos circuitos diplomáticos.

portugues, seja ele minhoto ou alentejano, algarvio ou transmontano. Sabemos que os nossos países nunca foram, não são e nunca serão terra portuguesa.⁹

Tanto Mário de Andrade quanto Amílcar Cabral concluem que a tese lusotropicalista de Freyre é inadequada e falsa para as circunstâncias do colonialismo português em África, pois a convivência relativamente harmônica entre os colonizadores portugueses e os nativos africanos não condizia com a política do regime colonialista apregoada nas colônias. Em linhas gerais, Andrade atribui um novo conceito ao lusotropicalismo, que este seria apenas “um movimento de integração de valores tropicais na cultura lusitana ou de circulação de produtos em áreas de influência portuguesa; nunca como uma harmonização de valores europeus (lusos) com os africanos ou orientais” (ANDRADE, 1958, p. 10-11).

Importante assinalar que as independências nas colônias portuguesas, ao contrário dos outros países africanos (a exemplo de Argélia, Zimbabué, Senegal, Conacri) foram precedidas de intensas lutas anticoloniais sob liderança da “Geração Cabral”, isto é, dos ex-estudantes da Casa de Estudantes do Império (CEI). Estes estudantes, ao atingirem a consciência da situação em que se encontravam os seus países, desenharam e implementaram estratégias unitárias de atuação e protestaram contra as ideologias do colonialismo português coletivamente.

Para estes futuros nacionalistas africanos, apesar de provenientes de países diferentes separados pela geografia, havia uma preocupação em comum: a submissão ao regime colonialista que atravessava os seus países. Esta constitui uma das principais motivações que forjou a criação de uma organização só de estudantes africanos fora do Centro dos Estudos Africanos (CEA), instituição que se debruçava sobre os problemas comuns com o único objetivo de analisar o regime colonial e seus efeitos, além de buscar respostas e modos de enfrentamentos.

Mário de Andrade ressalta como foi possível nesse período criar uma organização paralela ao governo português, afirmando que: “[...] só depois da Segunda Guerra Mundial foram criadas as condições para se desenvolver esse tipo de consciência, observo ainda que a geração Cabral está ligada à relação de forças no contexto político mundial” (ANDRADE, 1997, p. 09). A socialização do conhecimento sobre os modos de exploração colonial e os impactos disso no continente veio reforçar o espírito africanista destes jovens, que procuraram organizar, através de grupos, encontros semanais de poesias e seminários, que lhes faziam se sentirem mais próximos ao contexto dos seus países.

⁹ FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES. Lisboa. **Arquivo Amílcar Cabral. Manifesto do Movimento Anti-colonialista (MAC) no discurso pronunciado na II Conferência da CONCP em Dar-Es- Salaam, 05.10.1965**, Pasta 04336.001.001. 1965. (Citação na página 03).

Obviamente que a concretização das experiências adquiridas no CEA e CEI teriam sido colocadas em prática mais tarde na organização dos movimentos de libertação, acompanhadas pela ideologia pan-africanista, inserida na formação ideológica dos militantes destas colônias no desenvolvimento da luta armada. Neste sentido, M'Bokolo afirma que:

A gradual conscientização política, o despertar do sentimento “nacionalista”, a mobilização das elites, o seu conhecimento da Europa bem como os seus contatos com as formas europeias de luta política contribuíram para importar para a África instrumentos ‘modernos’ de luta, alguns dos quais, por exemplo, o boicote ou a greve não estavam muito longe das vias anteriores da resistência no continente negro (M'BOKOLO, 2011, p. 551).

Cabe ressaltar que o arranjo político da Segunda Guerra Mundial, que forjou o despertar da consciência política da elite africana, ganha uma forte ênfase no ideário pan-africanista, importante elo na edificação dos movimentos nacionalistas africanos. O pan-africanismo teceu relações imprescindíveis, que deram possibilidade aos africanos de estabelecerem o diálogo com outros negros fora do continente.

No ensejo desta discussão, M'Bokolo enfatiza a influência da ideologia pan-africanista na tomada da consciência da elite africana e o peso que a unidade representaria no futuro do nacionalismo africano. Ainda, segundo M'Bokolo, foi nesse âmbito que os “intelectuais africanos adquiriram o hábito de se reunirem e de constituírem agrupamentos e associações, clubes locais de diálogo” (2007, p. 551). Desde então, passaram a promover eventos comuns com intuito de se debruçarem sobre as questões do continente perante o colonialismo.

Yves Benot (1969) retrata bem os acontecimentos que marcaram esse período, no V Congresso Pan-Africano de Manchester, realizado de 15 a 21 de outubro de 1945, em Londres. Este Congresso teve a participação prioritária dos representantes das colônias inglesas,¹⁰ no entanto, os estudantes africanos residentes na França iriam reproduzir a resolução do congresso aos seus respectivos colegas. O relator desse congresso foi o ganês Kwame N'Krumah, que desempenhava a função de co-secretário do congresso, e na ocasião leu o memorando intitulado “Apelo aos povos colonizados”, em que destacava a necessidade de autodeterminação dos povos, o direito à condução dos próprios destinos, ou seja, a luta pelo poder político dos povos oprimidos, rubricada sob condição da independência imediata e incondicional.

O congresso, no seu documento intitulado “Apelo aos povos colonizados”, produziu as seguintes resoluções:

¹⁰ Os dirigentes africanos presentes em Manchester, entre os quais, ao lado de Kwame Nkrumah, Jomo Kenyatta (Quênia), Wallace Johnson (Serra-Leoa), Peter Abrahams (África do Sul), dentre outros.

Estamos firmemente convencidos de que todos os povos têm o direito de se governarem a si próprios. Afirmamos o direito de todos os povos colonizados decidirem por si próprios o seu próprio destino. Todas as colônias devem ser libertadas do controle imperialista estrangeiro, tanto político como econômico. Os povos das colônias devem ter o direito de eleger os seus próprios governos, governos livres de qualquer limitação imposta por uma potência estrangeira. Afirmamos aos povos colonizados que devem lutar por todos os meios ao seu alcance para atingir estes objetivos (N'KRUMAH, 1962 *apud* BENOT, 1981, p. 146).

Além disso, outros pontos foram denunciados no congresso de Manchester e adotados na resolução, como as divisões territoriais do continente africano com base da Conferência de Berlim (1884-1885). Entre eles figuram a superexploração econômica, que desencoraja a industrialização; o analfabetismo e a subnutrição; a negação dos direitos sindicais; e a criação de cooperativas. Além disso,

[...] os congressistas votavam uma resolução sobre as Antilhas, exigiam a independência da Argélia, da Tunísia e do Marrocos. Aprovou também por unanimidade a declaração da delegação oeste-africana¹¹, segundo a qual a única solução para problema existente era a absoluta independência para os povos do Oeste africano (DECRAENE, 1962, p.27).

É importante destacar a relevância de congresso de Manchester nas reivindicações que visavam à implementação da libertação e autonomia do continente africano, propondo soluções concretas a partir do plano geral dos acontecimentos nas diferentes colônias. Mesmo porque se tratava de primeiro congresso com objetivo de traçar as táticas sobre a operacionalização de estratégias principais para a luta contra o colonialismo.

Foi nesse congresso que se decidiu que as primeiras reações contra o regime colonialista deveriam seguir firmemente a necessidade de preservação da paz. O apelo às greves, o boicote econômico e a organização política e sindical são recursos que se imprimiam nas primeiras reivindicações pacíficas para a autodeterminação dos povos africanos. Contudo, em última instância, seria necessário recorrer à força para se libertarem, na feliz afirmação de Amílcar Cabral. Como se vê, essa resolução serviu de referência para a luta em todas as colônias africanas; essa estratégia seria adotada também nas colônias portuguesas, em particular na Guiné-Bissau.

¹¹ O Congresso de Manchester serviu mais tarde para convocar o denominado “West African National Secretariat”, em 1946, por Kwame N’Krumah, com objetivo de “promover uma federação oeste-africana, como alavanca indispensável à realização da esperança pan-africana dos Estados Unidos da África. Nesse sentido, em 1947, a federação pan-africana lançou o Jornal Panafrica, que logo desapareceu, para dar lugar ao Pan African Age, financeiramente sustentando pelo governo de Gana (DECRAENE, 1962, p.30).

Em linhas gerais, foram organizados vários congressos do pan-africanismo, mas o quinto congresso deu um tom mais expressivo em relação ao nacionalismo africano, e “a necessidade de existência de movimentos bem organizados e unidos, como condição de sucesso de luta pela libertação em África”. Neste sentido, o movimento pan-africano tornava-se a expressão do nacionalismo africano. (NKUMAH, p.155).

No seu ensaio teórico, Yves Benot (1969) traça a síntese de acontecimentos na Europa no período pós-Segunda Guerra Mundial, que favoreceram a legalização dos movimentos contestatórios em África, dando início ao processo de descolonização do continente.

Segundo Benot, os intelectuais africanos souberam bem aproveitar o contexto internacional de sublevação dos povos colonizados na Ásia e Indonésia contra os colonizadores europeus para se organizarem. Foram registrados três acontecimentos a nível mundial, que potencializaram os movimentos contestatórios, a saber: “[...] a vitória quase inesperada, dos comunistas chineses, em seguida, Dien Bien Phu, a vitória militar alcançada pelos oprimidos sobre o exército colonial, finalmente, a intervenção soviética no momento da crise de Suez de 1956” (BENOT, 1969, p.04).

Salienta-se que o contexto pós-Segunda Guerra Mundial teceu relações de continuidade das resistências étnicas protagonizadas pelos nativos com a chegada do colonialismo português na Guiné, que culminaram na década de 1930 com a derrota dos Bijagós. O contexto pós-guerra vai marcar a afirmação da nacionalidade, da reivindicação da pertença cultural, baseado no comportamento irreduzível das submissões coloniais e de formulação de programas de libertação nacional. Elikia M'Bokolo descreve com pertinência a eclosão dessa necessidade identitária por parte das elites. Para este historiador congolês,

O nacionalismo não se reportava a “nações”, visto que as entidades étnicas que mais evocam o conceito de nação foram fracionadas ou englobadas em entidades territoriais novas. Antes de se identificar com esses territórios de origem colonial, a tomada de consciência fez-se quer ao nível étnico, quer ao nível dos grandes conjuntos coloniais (AOF, West África, AEF, etc.), e o mais das vezes ao nível do continente. O termo “africano”, utilizado exclusivamente pelos europeus durante muito tempo, tornou-se pouco a pouco uma referência para os próprios negros (M'BOKOLO, 2011, p. 545).

O renascimento dos “novos africanos” que sentiram a necessidade de se libertar da alienação colonial, isto é, da assimilação imposta pelo ensino colonial, está centrada no projeto

de “reafricanização”, ou, como dizia Amílcar Cabral,¹² seria preciso uma “reafricanização dos espíritos” para uma manifestação da consciência nacionalista.

No entanto, todo o sentimento de marginalidade identitária provoca a necessidade da reconfiguração da nova identidade, reportada através de símbolos mediados pelo retorno às origens. A releitura da preservação identitária dos nativos está assente nos aspectos culturais e no retorno às raízes culturais, bem como no resgate das tradições étnicas como pilares do reconhecimento no processo da identidade negro-africana. É neste sentido que,

Alguns autores, a exemplo de Michel Agier (2001), Paul Gilroy (1993), Stuart Hall (1997), Lívio Sansone (2003) problematizam a questão do sentimento da marginalidade identitária no contexto diáspórico. Para Michel Agier (2001, p.1), os sentimentos da perda de identidade são compensados pela procura ou recriação identitárias em novos contextos. Assim ocorre com o uso de africanidades, isto é, o uso de costumes, crenças e tradições africanas, que são recriados e ressignificados no contexto diaspórico, tornando-se o que Lévi-Strauss definiu como “abrigo virtual” (LÉVI-STRAUSS *apud* AGIER, 2001, p. 03). Por seu turno, Lívio Sansone (2003) realça que seria mais do que necessária a ascendência africana ou a experiência de discriminação para fazer com que as pessoas se tornassem “negras” ou africanas (CANDE MONTEIRO, 2008, p.80-81).

É desse modo que a dita “geração de Cabral” revaloriza a ascendência africana em Lisboa e articula várias estratégias de organização. No caso em questão, propondo a “reafricanização dos espíritos” através da construção de uma identidade estratégica (CUCHE, 2002), para uma manifestação de consciência nacionalista em torno da questão do colonialismo, visando a preservar as tradições africanas, dialogando com ideologias pan-africanistas, algo que, evidentemente, tem ensejado um intenso processo de recriação e invenção daquilo que se imagina como sendo africano. Vale salientar que

O processo de (re)construções e/ou recriações da identidade negra, definidas como “novas identidades”, não pode ser entendido sem considerarmos as “estruturas transnacionais que se desenvolveram e se articularam em um sistema de comunicação global, constituído por fluxos que transportam imagens, ideias e símbolos negros por todo o Atlântico”, o que leva Gilroy (1993) a referir-se ao **Atlântico Negro**. Nesse sentido, a (re)construção ou fortalecimento da identidade é entendida por alguns autores como uma tentativa de retorno ao passado histórico (HALL, 1997), enquanto outros destacam a afirmação da diferença e da pertença étnico-racial (WOODWARD, 2000, p.81

¹² Convém ter igualmente em conta que Amílcar Cabral viveu a experiência de perto não só pela sua condição de estudante em Portugal e ter acesso de perto o sistema português, como também participou das ações de Movimento da Unidade Democrática (MUD que era parte do Partido Comunista Português - PCP) representando os interesses da

Paradoxalmente a esse movimento nacionalista de reafirmação de Lisboa, o contexto pós-Segunda Guerra Mundial, em Bissau, também teve repercussões, nas quais alguns grupos da denominada elite bissau-guineense manifestaram a sensibilidade para o movimento, mas que ainda não constituía uma contestação da dominação portuguesa e nem a independência nacional (nacionalismo revolucionário), mas sim acesso ao poder e tomada de decisão no governo colonial; vale dizer que nesse caso seria nacionalismo integracional, que visava à reivindicação da integração dos intelectuais africanos na sociedade portuguesa.

Portanto, se associaram à pequena elite os simpatizantes¹³ do Movimento da Unidade Democrática (MUD), do Partido Comunista Português (PCP) de Bissau, que se apresentava sob condições de clandestinidade, opondo-se ao regime antifascista que se implantava no país. O historiador bissau-guineense Leopoldo Amado descreve:

[...] a maior parte dos "notáveis" bissau-guineenses da sociedade colonial pertencerem ao Conselho Legislativo do Governo da Guiné, tal como Mário Lima Whanon (comerciante), Dr. Augusto Silva (advogado), Joaquim Viegas Graça do Espírito Santo (aposentado e comerciante residente em Bafatá), Dr. Armando Pereira (advogado), Benjamim Correia (comerciante), Carlos Domingos Gomes (comerciante) e Dr. Severino de Pina (advogado). A estes juntaram-se outros bissau-guineenses pertencentes à pequena burguesia, sendo de reparar a participação de cabo-verdianos e portugueses que na altura eram claramente anti-situacionistas. Este grupo, que não escondia igualmente as suas pretensões de ascensão na sociedade colonial, dava também, paradoxalmente, o seu inequívoco apoio ao emergente nacionalismo bissau-guineense. Os notáveis desse grupo que se destacaram, tendo por isso merecido um registro das suas atividades pela PIDE, foram Eugênio Rosado Peralta (industrial de pesca), Manuel Spencer "Tuboca" (comerciante) e Fernando Lima (comerciante), os quais foram acusados de fomentarem a rebeldia entre os bissau-guineenses considerados indígenas, chegando mesmo alguns deles mais tarde a aderir aos ideais de libertação, embora sem nela tomarem parte ativa (AMADO, 2005).

Com efeito, essas manifestações - denominadas por muitos de nacionalismo incipiente - estariam no âmbito da tentativa de restabelecer a Liga Guineense, que também era constituída por grumetes, que almejavam, sob objetivos ocultos, a ascensão na sociedade e estruturas do poder coloniais pautada na formação de quadros locais. Vale lembrar que a Liga Guineense, fundada em 1910 pelos grumetes, é extinta em 1915 pelo Capitão Teixeira Pinto sob fortes acusações de incitar as rebeliões dos "indígenas" de etnia papel, como havia analisado no segundo capítulo.

secção juvenil do partido. É a partir deste momento que Amílcar Cabral e os companheiros de CEI vivenciaram de perto o sistema do regime salazarista e suas repressões (TOMÁS, 2008).

¹³ Vale salientar que desse movimento de apoio ao PCP foi criado em 1948 o Partido Socialista da Guiné, sob liderança de Rafael Barbosa, José Ferreira de Lacerda, José Monteiro e Hipólito Mário Fernandes, não obstante esse partido desaparecer no início dos anos 1950 por falta de estrutura política.

Além destas manifestações de reafirmação registradas no período pós-Segunda Guerra Mundial, Elisée Turpin¹⁴ testemunha outros acontecimentos ocorridos nos anos que antecederam a guerra e que influenciaram de forma decisiva a tomada da consciência nacionalista dos bissau-guineenses.

Para o bissau-guineense Turpin, de igual modo como acontecia nos campos de concentração da Alemanha de Hitler, em Bissau também ocorriam assassinatos, repressões e injustiças a mando do então administrador português António Pereira Cardoso. Turpin foi mais enfático ao demarcar o ano de 1942 como o ano crucial das chacinas, fato que forjou uma tomada de decisão contra os colonialistas logo após a Segunda Guerra Mundial.

Salienta-se que os anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial foram marcados pela emergência e consolidação de movimentos de independência, como também de intensificação de movimentos contestatórios. Nesse período, muitos países africanos haviam conquistado suas independências. A maioria por via pacífica, isto é, uma independência negociada, a exemplo das colônias francesas¹⁵ e inglesas. Somente Portugal se opunha à conjuntura internacional de liberdade e autonomia das colônias africanas, contrapondo-se à resolução das Nações Unidas e de demais organizações, que postulavam o fim da aventura colonial portuguesa no continente africano.

Nesse contexto da emergência das independências africanas é que a década de 1950 vai se revelar importante nas concessões das independências no continente, como adverte José Vicente Lopes:

Os anos 50 e 60 começam de forma auspiciosa para a África. De Argel ao Cabo verificam-se sinais de que tinha chegado a hora de o continente se tornar independente. Ao todo 17 novos países irão juntar-se a Libéria (1847), União Sul-Africana (1909), Egito (1922), Etiópia (1940) Líbia (1952), Gana (1957) e Guiné (1958), Senegal (1960), Congo (1960), Argélia (1962). Este se avizinha a Guiné, sobretudo esta presidida por Ahmed Sekou Touré (1922-1984), vão revelar-se baluarte importantes para o PAIGC na luta pela independência da Guiné-Bissau (LOPES, 1996, p.75).

Com efeito, a década de 1950 foi marco na era das independências no continente africano. Este evento deu mais força aos movimentos independentistas, que germinavam nos

¹⁴ Combatente de liberdade da Pátria. Entrevista realizada em março de 2011, Bissau.

¹⁵ Sobre essa situação, há que levar em consideração os condicionalismos político-sociais de França e Portugal naquele período. O primeiro já professava valores democráticos adquiridos com a Revolução de 1789 e, além do mais, passou por uma experiência militar não muito agradável quando tentou negar a independência à Argélia. Já o segundo ainda vivia sob um regime de ditadura militar instaurada em 1926, enfrentava graves problemas econômicos e tentava encontrar nos territórios além-mar (colônias) recursos para fortalecer sua economia (SEMEDO, 2009, p.14).

países ainda em processo de contestação da autonomia e liberdade política. A Guiné-Bissau não fugiu a essa regra, atrelou-se a essa efervescência independentista, representada pelo diversos movimentos que reivindicavam junto às Nações Unidas a autodeterminação dos povos.

Era a fase de um nacionalismo bissau-guineense propriamente dito, influenciado pela corrente política pan-africanista, e influenciado pela própria evolução política que em parte o continente atravessava. As independências dos países vizinhos, como Senegal, Guiné-Conacri e Gana, influenciaram de maneira decisiva o desenvolvimento das organizações nacionalistas africanas, em particular da Guiné-Bissau. Neste sentido, importante ressaltar as duas conferências que marcaram a década de 1950, e que influenciaram de forma significativa na edificação das lutas nacionalistas africanas no tocante à articulação de interesses comuns de organização e de unidade na África, e solidariedade entre África e Ásia.

O primeiro foi o Congresso West África, criado em 1954 por Kwame N’Krumah, com objetivo de promover a unidade da África Ocidental, no que se refere à organização de um fórum de diálogo comum nos territórios coloniais. Em seguida, a Conferência Afroasiática realizada em abril de 1955, em Bandung, na Indonésia, que objetivava a criação de um bloco dos países da Ásia e da África, que reivindicavam a liberdade e a independência política. Esta estratégia dos nacionalistas africanos visava a unir esforços para combater o colonialismo e “participar coletivamente da política internacional e dos assuntos econômicos, buscando construir um mundo com justiça e paz” (HERNANDES, 2002, p.165).

Os objetivos do Congresso West África, de organização de conferências periódicas na África, vieram fortalecer a criação de um bloco de caráter internacional para advogar os interesses dos países colonizados (da África e Ásia) na Assembleia Geral das Nações Unidas. Nessa oportunidade, foi proposta a coalizão dos estados do “terceiro mundo”¹⁶ na I Conferência dos Países Não Alinhados, em Belgrado, em 1961. Este evento não se restringia apenas aos países africanos e afroasiáticos, se estendia à América Latina (Cuba) e Europa (Iugoslávia).

Considerado um movimento de acentuado caráter internacional com expressiva flexibilidade de participação nos espaços privilegiados de luta política - fóruns das Nações Unidas, respondendo pelo bloco dos não alinhados na defesa dos interesses que norteiam os princípios fundamentais:

¹⁶ Todos os países, autointitulados marxistas ou não, voltam-se para a África como parte integrante do “terceiro mundo” revolucionário. Além disso, em graus diversos, de acordo com as diferenças de seus sistemas políticos, veem-se diante da hostilidade dos Estados Unidos e de seus aliados. [...] o segundo pós-guerra é marcado por um sistema bipolar dominado pelos Estados Unidos e pela União Soviética. O primeiro atua segundo um sistema de pressões desenvolvido por meio de uma política voltada para a contenção do comunismo no mundo, enquanto a União Soviética tem como objetivo consolidar o socialismo e dar suporte para as lutas de libertação nacional (HERNANDES, 2002, p.169).

A paz e o desarmamento, visando abrandar as tensões entre as grandes potências; a independência, ressaltando o direito de autodeterminação dos povos; o direito à igualdade racial e econômica, destacando-se a necessidade de reestruturar a economia internacional, especialmente no que se refere ao crescimento, à desigualdade entre as nações pobres e ricas; a igualdade cultural, enfatizando que é essencial reorganizar a ordem informativa mundial com o fim do monopólio ocidental dos sistemas de informação, o universalismo e o multilateralismo, mediante forte apoio ao sistema das Nações Unidas, considerando o foco próprio para a discussão dos assuntos mundiais (HERNANDES, 2002, p.166).

Em linhas gerais, a conjuntura internacional de pós-Segunda Guerra Mundial foi implementada a partir de intensas organizações coletivas de unidade e solidariedade dos países colonizados para a obtenção das independências. A resolução da Carta das Nações Unidas, que preconiza a autodeterminação dos territórios colonizados, colocou Portugal no teatro de operações das estratégias ideológicas articuladas com objetivo de legitimar o colonialismo. E também apropriou-se da ideologia do lusotropicalismo, promovendo a integração das colônias africanas à metrópole. A insistência em manter as colônias a todo custo é que irá levar a cabo a resolução da conferência de Manchester de, em última instância, recorrer à força para a obtenção da independência tal qual ocorreu em Guiné-Bissau a partir de 1959, culminando com o Massacre de Pindjiguiti.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos. **Os anos da guerra colonial**. Lisboa: Quidnovi, 2010.

AMADO, Leopoldo. **Simbólica de Pindjiguiti na óptica libertária da Guiné Bissau**. 2005. Disponível em: <<http://guineidade.blogs.sapo.pt/11855.html>>. Acesso em: 20 mar. 2011.

ANDRADE, Mário Pinto de. **Origens do nacionalismo africano: continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa: 1911-1961**. Lisboa: Dom Quixote, 1997. (Col. Caminhos da Memória).

_____. **A guerra dos povos na Guiné-Bissau**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1974/1975.

_____. **Antologia da Poesia Negra de expressão Portuguesa**. Paris: Pierre Jean Oswald, 1958.

AZEVEDO, Licínio; RODRIGUES, Maria da Paz. **Diário da libertação: a Guiné Bissau da nova África**. São Paulo: Versus, 1977.

BENOT, Yves. **Ideologias das independências africanas**. Lisboa: Sá da Costa, 1981.

CABRAL, Luís. **Crônica da libertação**. Lisboa: O Jornal, 1984.

CABRAL, Amílcar. **A arma da teoria (Carlos Comitini)**. Rio de Janeiro: Codecri, 1980. (Coleção Terceiro Mundo. Vol. 04. Cap. 04).

_____. **Guiné-Bissau: Nação africana forjada na luta**. Lisboa: Publicações Nova Aurora, 1974.

CABRAL, Amílcar. A prática revolucionária. In: ANDRADE, Mário de (Org.). **Obras escolhidas de Amílcar Cabral - Unidade e luta II. Vol. II**. Seara Nova: Comitê Executivo de Luta do PAIGC, 1977

_____. **Unidade e luta: a arma da teoria**. Vol. I. Lisboa: Seara Nova, 1977.

CANDÉ MONTEIRO, Artemisa Odila. **O Processo de construção da identidade negra em Teresina: o caso do grupo afro-Cultural Coisa de Nêgo**. Dissertação (mestrado) - Programa Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

CARDOSO, Carlos. Sociedade civil, espaço público e gestão de conflitos: o caso da Guiné-Bissau. In: CONFERÊNCIA GERAL DE CODESRIA, 12., Yaoundé, Cameroun, 2008. **Anais...** 2008, p.08.

CUCHE, Denis. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. Bauru: EDUSC, 2002.

DECRAENE, Philippe. **O pan-africanismo**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.

FRANCO, Paulo Fernando Campbell. **Amílcar Cabral: a palavra falada e a palavra vivida**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

GUILLEN, Antonio Ricardo Martins. **A descolonização da África e o luso-tropicalismo: repercussões no Brasil e em Portugal**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em História - Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. **Os filhos da terra do sol: formação do Estado-Nação em Cabo Verde**. São Paulo: Selo Negro, 2002.

LENTIN, Albert-Paul. De Bandung a Havana. In: SANTIAGO, Theo (org.), **Descolonização**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1977.

LOPES, José Vicente. **Os bastidores da independência**. Praia-Mindelo: Instituto Camões; Centro Cultural Português, 1996.

M'BOKOLO, Elíkiá. **África negra, história e civilizações: do século XIX aos nossos dias**. Tomo II. Lisboa: Edições Colibri, 2007.

N'DJAI, Tchernó. **O Pensamento Político de Amílcar Cabral: Teoria e Prática em momentos decisivos na Libertação da Guiné-Bissau (1959-1969)**. Dissertação (Mestrado) - Programa de

Pós Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

N'KRUMAH, Kwame. **A África deve unir-se**. Lisboa: Ulmeiro, 1977. (Col. Terceiro Mundo e Revolução. Série 2).

ORAMAS, Oscar. **Amílcar Cabral para além do seu tempo**. Lisboa: Hugin, 1998.

PEREIRA, Aristides. **Guine-Bissau, Cabo Verde: uma luta, um partido, dois países**. Lisboa: Editorial Notícias, 2003.

SILVA, António E. Duarte. **Invenção e construção da Guiné-Bissau**. [s.l.]: Almedina, 2010. (Coleção: Estudos de Direito Africano - Tema: Direito Constitucional).

_____. **A independência da Guiné Bissau e a descolonização portuguesa**. Porto: Afrontamento, 1997.

WOORDWARD, K. Identidade e diferença. Uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn (Orgs.). **Identidade e Diferença: A Perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.